

# Dornelles negocia dívida na Europa e Lemgruber nos EUA

19 ACO 1985

Fernando Martins

JORNAL DO BRASIL

**Brasília** — O Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, viajou anteontem à noite para a Europa, enquanto o presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, e o diretor da Área Externa, Carlos Eduardo de Freitas, estão viajando neste final de semana, para Nova Iorque, com a expectativa de negociarem a prorrogação do prazo para o fechamento do acordo com a comunidade financeira internacional, referente à dívida brasileira até janeiro de 86.

A estratégia das negociações está dividida em duas fases. A primeira, consistirá numa explanação feita pelo presidente do Banco Central ao Comitê de Credores, falando das diretrizes propostas pelo Governo brasileiro. A segunda etapa ficará a cargo do diretor da Área Externa do Banco Central a quem caberá o detalhamento da proposta brasileira. O Ministro da Fazenda deve se reunir com credores do Clube de Paris.

O Governo, segundo uma categorizada fonte da área econômica, já tem indicadores seguros de que os banqueiros aceitarão a prorrogação para o período que vai de 5 a 10 de janeiro. Certamente, o prazo não será estabelecido de imediato, pois os banqueiros estão preocupados com as tendências da economia brasileira e, por isso, desejam também fazer uma ampla explanação sobre o que pensam. Desejam igualmente ouvir desses dois funcionários do Governo palavras que os tranquilizem. Segundo essa fonte governamental, o recrudescimento do processo inflacionário está trazendo inquietação à comunidade financeira internacional.

No entender dos banqueiros, à medida que a inflação for corroendo o poder aquisitivo dos salários, o Governo vai-se sentir cada vez mais pressionado para reduzir o período entre os reajustes salariais. Dentro dessa linha de raciocínio, os produtos brasileiros correrão o risco de perder alguma competitividade no mercado internacional.

Como a receita das exportações é fundamental para o pagamento dos juros, não restará outra alternativa para as autoridades da área econômica, a não ser alterar as regras que regem o mercado de câmbio. Enfim, o balanço de pagamentos é peça fundamental não só para os banqueiros, como também para o programa de ajustamento da economia acertado com o Fundo Monetário Internacional.

O temor dos banqueiros, segundo essa alta fonte do Governo, é de que não seja possível contornar a possível perda de competitividade dos produtos manufaturados de exportação. Qualquer exagero na política cambial poderá trazer repercussões negativas no desempenho da economia como um todo, pois uma queda brutal das importações, também poderá afetar o nível de produção e, com ele, o do emprego, provocando graves consequências na área social e fiscal.

Um documento de circulação restrita aos gabinetes da área econômica, revela que o perigo da diminuição do prazo dos reajustes salariais é latente. Se a inflação prosseguir num patamar de 8% ao mês, no final de seis meses, o salário estará corroído em 36,98%. Se for 10%, a perda será de 43,55%. Em 12% ao mês, a perda será de 49,34% e se for de 15%, a perda, no final de seis meses, será de 56,77%.

Quando a inflação ultrapassar a barreira dos 12% ao mês, o Governo sofrerá pressões por reajustes trimestrais, porque uma taxa de 15% ao mês, por exemplo, provoca uma perda em três meses de 34,25% do salário, isto é, bem próximo dos 36,98% de perda do salário, com uma inflação de 8% ao mês, durante seis meses.

O Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, não deve ir este ano aos Estados Unidos (Washington) para tratar de qualquer assunto com o Fundo Monetário Internacional, segundo essa alta fonte. Se houver algum encontro com o diretor gerente do FMI, Jacques de Larosière, ele certamente será na Europa, e pode ocorrer nos próximos dias.